

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 989 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1999

Senadores votam hoje projeto que prorroga alíquota de 27,5% do IR

Aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, proposta na pauta do plenário mantém até 2003 vigência da tributação que hoje incide sobre salários mensais superiores a R\$ 1.800,00 e rendimentos anuais acima de R\$ 21.600,00



O plenário deve votar, também, projeto que estende a várias categorias profissionais o sistema de tributação do Simples

Salários mensais superiores a R\$ 1.800,00 poderão continuar sujeitos à alíquota de 27,5% do Imposto de Renda. O plenário do Senado vota hoje projeto de lei do Executivo que prorroga até o ano de 2003 a vigência dessa alíquota, que incide, ain-

da, sobre rendimentos anuais acima de R\$ 21.600,00.

Está na pauta de votações, também, proposta que estende a várias categorias profissionais a opção pelo sistema de tributação do Simples, das micro e pequenas empresas.

PÁGINA 2

Aprovadas mudanças no regime jurídico dos diplomatas

PÁGINA 3

SENADO COBRA AÇÕES EFETIVAS DE APOIO ÀS CRIANÇAS

PÁGINA 8



MINISTÉRIO PÚBLICO SERÁ CHAMADO A INVESTIGAR SUSPEITA DE FAVORECIMENTO

PÁGINA 4



TORGAN FALA SOBRE ENVOLVIMENTO DE JUÍZES COM NARCOTRÁFICO

PÁGINA 4



COMISSÃO EXAMINA RELATÓRIO COM PROPOSTAS PARA ERRADICAR A MISÉRIA

PÁGINA 7



Suassuna, entre Esperidião Amin e Olívio Dutra, coordena o debate de governadores

CAE ouve governadores e discute novas regras para dívidas estaduais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna, afirmou ontem que a CAE tem obrigação de analisar novas regras para as dívidas dos estados. Ele coordenou uma nova rodada de debates sobre a situação dos estados diante do ajuste fiscal. Os senadores

ouviram os governadores do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e de Santa Catarina, Esperidião Amin. Ambos fizeram críticas à Lei Kandir e apresentaram um relato da crise que atinge as finanças de seus estados. Olívio defendeu a repactuação das dívidas estaduais.

PÁGINA 6

CCJ aprecia proposta de combate à fome

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se hoje, às 10h, e aprecia uma pauta de dez itens. Entre eles, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. De acordo com a PEC, o fundo terá vigência de dez anos e será constituído por parcelas de diversos tributos e contribuições já existentes, com previsão de arrecadar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Em seu parecer, o relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE) recomenda a aprovação da proposta. Ele diz acreditar que o redirecionamento dos recursos arrecadados pelo governo para a constituição do fundo possibilitará a erradicação imediata da indigência no país e a redução significativa da quantidade de pobres.

Também na pauta da comissão, projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) autoriza o Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a atribuição de financiar o Programa de Renda Mínima.

Mostra sobre 500 anos vai a 16 capitais

O presidente da Fundação Bial de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, participa de audiência que será promovida hoje, às 10h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele apresentará aos senadores detalhes da organização da mostra "500 Anos de Artes Visuais no Brasil", que percorrerá 16 capitais brasileiras, a partir de abril do próximo ano.

Durante visita ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e ao presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), ocorrida em 28 de setembro último, Edmar Ferreira, René Mancini e Pedro Paulo Sena Madureira, integrantes da comissão organizadora do evento, disseram que a mostra poderá ser vista também em alguns dos maiores museus do mundo: o Louvre e o Jeu de Paume, em Paris; o British Museum, de Londres; o Gulbenkian, de Lisboa, e os Guggenheim, de Nova York e de Bilbao, na Espanha.

Senado vota a prorrogação da alíquota de 27,5% do IR

Plenário discute hoje projeto do Executivo que estende vigência do aumento do Imposto de Renda na fonte até o ano de 2003

Os senadores votam hoje projeto do Executivo que prorroga até o ano de 2003 a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das pessoas físicas que recebem mensalmente acima de R\$ 1.800. A alíquota também atinge quem tem ganhos anuais acima de R\$ 21.600.

Aprovada previamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável de Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto mantém duas faixas de alíquotas para cobrança do IR de pessoas físicas, prorrogando a cobrança da última e mais alta faixa, de 27,5%, que seria exigida somente até o final deste ano e, nesse caso, voltaria a ser de 25%, como estabelece a legislação

tributária de 1995. O aumento da alíquota de 25% para 27,5% foi feito a partir da edição do pacote fiscal de outubro de 1997.

Em regime de urgência, o plenário também vota projeto de lei complementar de autoria do Executivo que permite à Defensoria Pública da União estabelecer convênios com as defensorias públicas dos estados. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto determina ainda que, nos estados em que não exista a defensoria pública, o convênio poderá ser firmado com a entidade pública que desempenhar esta função. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer

favorável apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Também está na pauta de votações projeto do senador Luiz Estevão que estende a várias categorias de profissionais a opção pelo sistema de tributação Simples. A medida abrange apenas aqueles profissionais que tenham receita bruta anual inferior a R\$ 120 mil.

Além dessas matérias, os senadores discutem pelo terceiro dia, em primeiro turno, emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.

Alencar substitui Estevão em sub-relatoria

O senador José Alencar (PMDB-MG) substituirá o seu colega de partido, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), na sub-relatoria para a Previdência e Assistência Social do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o quadriênio 2000-2003. O anúncio foi feito ontem pelo líder peemedebista, senador Jader Barbalho (PA). Alencar visitou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para comunicá-lo sobre a indicação. Estevão desligou-se da função na sexta-feira passada, dizendo estar impossibilitado de comparecer ao Congresso entre os dias 23 e 29, por motivo de doença de um dos membros de sua família.



José Alencar visitou o presidente Antonio Carlos Magalhães

garantia de que o relatório será concluído dentro do prazo previsto. O líder do PMDB disse confiar no trabalho do indicado:

— Tenho certeza de que o senador José Alencar dará continuidade ao trabalho na sub-relatoria e prestará uma importante colaboração à Comissão de Orçamento.

CMO aprova projetos de crédito suplementar

Reunida no início da noite de ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou 14 projetos do governo solicitando créditos suplementares e especiais no valor de R\$ 21 bilhões. O maior crédito, de R\$ 20 bilhões, será usado pelo governo federal dentro do programa de reestruturação e ajuste fiscal do estado do Rio e, na prática, significa que a dívida pública federal subirá no mesmo valor, pela emissão de títulos. Assim, o governo fluminense receberá o dinheiro, pagará seus credores e se endividará com a União no mesmo valor, recebendo 30

anos para pagamento.

O Incra receberá R\$ 791,1 milhões para gastos com a reforma agrária e o relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), concordou com emenda apresentada pelo deputado Giovani Queiroz (PDT-PA) destinando R\$ 1 milhão adicional para o assentamento de famílias sem-terra no sul do Pará.

Várias empresas públicas e órgãos federais obtiveram verbas suplementares. A Presidência da República contará com mais R\$ 4,8 milhões para vários programas, inclusive R\$ 1 milhão para o de-

envolvimento de ações de caráter sigiloso. O Ministério da Ciência e Tecnologia contará com R\$ 23,9 milhões adicionais, inclusive R\$ 8 milhões para fabricação de combustível nuclear.

Foi ainda aprovado um crédito suplementar de R\$ 347 milhões para a Justiça Eleitoral e de R\$ 26,5 milhões para os bancos do Estado do Amazonas, do Ceará e de Goiás. Estes bancos foram federalizados recentemente e o dinheiro será usado para o saneamento das instituições, que serão privatizadas a seguir.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
12h — Participa da cerimônia de assinatura do Acordo de Permuta de Imagens entre a TV Escola e a TV Senado
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 44/99 — Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 80/94 (Defensoria Pública); *PLC nº 48/99, que altera a Legislação Tributária Federal (Imposto de Renda); *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; *PDL nº 102/98, que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal OM de Canindé (CE); *PDL nº 103/98, que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Trabalhista FM Ltda. de Ubá (MG); *PDL nº 127/98, que renova a concessão da Rádio Cultura OM de Araraquara (SP); *PDL nº 142/98, que renova a concessão da Rádio TV OM do Maranhão Ltda., em São Luís (MA); e *PLS nº 405/99, que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza
Pauta: Leitura e votação do relatório final. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outros itens, *PLS nº 552/99 — decisão terminativa, que dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado por prazo determinado; *PLC nº 72/95, que disciplina os anúncios de oferta de emprego. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: entre outros itens, *PLC nº 51/99, que proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão de Assuntos Sociais
Audiência pública com Martus Tavares, ministro do Orçamento e Gestão; Aurélio Vianna Júnior, representante da Rede Brasil; Antônio Cláudio Soachaczewski, diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento; e Murilo Portugal, diretor-executivo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sobre as propostas e políticas que estão sendo formuladas para o Brasil. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outros itens, *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e *PLS nº 82/99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e instituir o conselho deliberativo desse fundo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Exposição do presidente da Fundação Bial de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, sobre o tema "Brasil 500 Anos de Artes Visuais". Ala Senador Ala Alexandre Costa — Sala 7

15h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: Discussão e votação de diversas mensagens relativas a acordos firmados no âmbito do Mercosul. Plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h — CPI do Judiciário
Exposição do relator da CPI do Narcotráfico, deputado Moroni Torgan. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

ESPECIAL

9h30 — Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: Eleição do presidente e do vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 6

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alterado regime jurídico de diplomatas

Vai à sanção presidencial projeto que permite indicação para postos em países com os quais o Brasil mantém relações de embaixadores que não residam de forma permanente no exterior

Em votação simbólica, o plenário do Senado aprovou parecer do senador José Sarney (PMDB-AP), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, favorável a uma série de mudanças no regime jurídico dos funcionários de Serviço Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. A decisão manteve o texto do projeto original da Câmara e vai à sanção presidencial.

Entre as modificações, os senadores debateram principalmente a que permite o comissionamento de ministro de 2ª classe como chefe de missão diplomática permanente. Atualmente, apenas ministros de 1ª classe podem assumir a chefia de missão diplomática. Isso implica que, além dos atuais 64 embaixadores do Brasil no exterior, outros entre os 193 países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas poderão também ter embaixadores brasileiros. Com uma diferença: por razões de economia de recursos, como justificou o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), novas representações brasileiras no exterior não precisarão ser instaladas ou cumulativas, mas exercidas em Brasília. Isso significa, como enfatizou o relator, "que, enquanto permanecerem no Brasil, os chefes de missão assim acreditados manteriam suas remunerações em reais".

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Requião (PMDB-PR), Marina Silva (PT-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS) estranharam a nova figura de embaixador, criada a partir das mudanças, tanto que a denominaram de "embaixadores virtuais".

Na opinião de Dutra e Heloísa Helena (PT-AL), a mudança talvez seja uma forma de garantir aumentos salariais.

José Sarney e Romeu Tuma (PFL-SP), responsável pelo parecer favorável à matéria apresentado na CCJ, contestaram os senadores dizendo que a nova figura prevê apenas que, excepcionalmente, quando houver assunto de relevância com país sem embaixada brasileira, pode-se designar um embaixador para investir-se nessa função temporariamente. Hugo Napoleão (PFL-PI) observou que o credenciamento de um embaixador diretamente para determinado país "dá mais dignidade às relações diplomáticas e facilita o trânsito em todos os cenários internacionais". Artur da Távola (PSDB-RJ), também favorável ao projeto, considerou a proposta muito conservadora frente às atuais necessidades de expandir a presença comercial do Brasil no exterior.

O projeto representará a criação de 47 novos cargos. Outra modificação no regime jurídico do Serviço Exterior suprime todas as restrições de idade, mínima ou máxima, para ingresso na classe inicial da carreira diplomática.



Os senadores confirmaram, em votação simbólica, texto já aprovado pela Câmara que estabelece o fim da idade limite para ingresso inicial na carreira diplomática

Autorizado empréstimo do BNDES à prefeitura de Teresina

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Teresina a contratar empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 3,417 milhões, destinado à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município.

De acordo com o relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), o parecer favorável levou em conta o baixo nível de endividamento do município, as condições do financiamento e a importância dos projetos a serem executados na área de arrecadação tributária.

Ontem foi o segundo dia de discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que re-

conhece e assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam. A proposta é idêntica a substitutivo a outra PEC, de autoria do então ex-senador Abdias Nascimento, da qual Alcântara foi relator.

Alcântara explicou que, ao relatar a PEC, demonstrou a impossibilidade de se estenderem aos remanescentes dos quilombos as garantias asseguradas às populações indígenas pela Constituição. "Esse impedimento jurídico se deve a que o fundamento da proteção constitucional dos índios repousa nos seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, em razão de seus ancestrais terem habitado o Brasil antes da chegada do europeu colonizador, condição inaplicável aos descendentes dos quilombos", justificou.

Renovadas concessões para emissoras de rádio e de TV

Por meio de nove decretos legislativos, o plenário do Senado aprovou os pareceres favoráveis à renovação de concessões e permissões para explorar serviços de radiodifusão no país. Sete renovações referem-se a rádios e duas a televisões.

As sete rádios que poderão continuar transmitindo suas programações são as seguintes: Rádio Imprensa de Anápolis (GO); Fundação Padre Pelágio, de Goiânia (GO); Rádio Difusora Bondespachense, de Bom Despacho (MG); Sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz (SP); Ultra Radiodifusão, de Rio Grande (RS); Rádio Sentinela do Vale, de Gaspar (SC); e Rádio Guaçu de Toledo (PR).

Foram também renovadas as concessões outorgadas à Televisão Bandeirantes do Paraná, localizada em Curitiba (PR), e à TV Record de Rio Preto,

cuja transmissora localiza-se em São José do Rio Preto (SP).

DIA NACIONAL DE VACINAÇÃO DA TERCEIRA IDADE

O plenário também aprovou, em turno suplementar, parecer do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) favorável à criação do Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e do programa de vacinação em pessoas idosas que encontram-se internadas ou recolhidas em instituições geriátricas. Como o Senado elaborou substitutivo sobre o projeto original da Câmara, esta deverá reapreciar a matéria.

Pelo projeto, no Dia Nacional e no programa de imunização deverão ser oferecidas, no mínimo, as vacinas antigripal, antipneumocócica e antitetânica, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde.

Comissão de Ética e Decoro reúne-se hoje

Instalada em 30 de junho, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 9h30, para eleger o presidente e o vice. A reunião ocorre após advertência feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "A Comissão de Ética precisa se reunir", disse ele.

Os senadores designados são os seguintes: pelo PMDB, Casildo Maldaner (SC), Ramez Tebet (MS), Nabor Júnior (AC), Ney Suassuna (PB) e Amir Lando (RO); pelo PFL, Geraldo Althoff (SC), Francelino Pereira (MG), Paulo Souto (BA) e Juvêncio da Fonseca (MS); pelo PSDB, Lúcio Alcântara (CE), Osmar Dias (PR) e José Roberto Arruda (DF) e pelo Bloco Oposição, Lauro Campos (PT-DF), Heloísa Helena (PT-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Plenário acolhe voto de pesar por Plínio Marcos

Requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do dramaturgo Plínio Marcos foi aprovado ontem em plenário. Suplicy disse que Plínio Marcos foi um dramaturgo que conheceu como ninguém a tesoura da censura e deixou a lembrança de ter sido um homem que retratou muito bem a realidade marginal que o acompanhou por décadas.

— Na verdade, essa era a realidade de sua própria história de vida, na qual fez de tudo um pouco. De soldado a biscateiro do cais, palhaço, operário e camelô, arriscou-se até mesmo no futebol, onde desempenhou como ponta esquerda da Portuguesa Santista. São poucos os que tiveram a oportunidade de vivenciar um universo tão vasto e rico de personagens, que acabou inspirando aquela que seria a sua profissão verdadeira e definitiva — ressaltou o senador.

Casa enviará condolências a família de pároco

Foi aprovado ontem requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do pároco da Catedral Metropolitana de Maceió, monsenhor José Luiz Soares. A Casa enviará condolências à família e ao estado de Alagoas.

O Senado aprovou, também, requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Humberto Ghizzo Bortoluzzi, um dos maiores empresários do setor de cerâmica em Santa Catarina, proprietário da Itagres. De acordo com as tradições da Casa, serão apresentadas condolências à família.

Piauí poderá refinar dívidas de R\$ 250,6 milhões

O governo do estado do Piauí foi autorizado a contratar com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, operação de refinanciamento de suas dívidas no valor de R\$ 250,6 milhões, conforme parecer favorável apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A operação refere-se a contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado em 20 de janeiro de 1998.

Um único item do parecer foi eliminado no projeto de resolução aprovado, em virtude de emenda supressiva apresentada como destaque para votação em separado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA). A emenda foi aprovada com o voto minerva do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que desempatou o placar em favor da supressão proposta pelo senador paraense.

Em virtude de pedido de verificação feito pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a votação foi nominal e resultou num empate: 28 votos a favor do inteiro teor do parecer de Suplicy e 28 contra um parágrafo do projeto que abria a possibilidade de uma repactua-

ção entre o governo do Piauí e a União em torno do percentual da receita líquida real do estado que deverá ser destinada à amortização do refinanciamento — de 13%.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o item suprimido não implicava redução do percentual, pois esta sempre ficaria na dependência de a União aceitá-la. Por outro lado, a supressão significaria que o Senado estava abrindo mão de propor uma repactuação que está sendo reclamada por todos os governadores que estão sendo ouvidos pela CAE numa seqüência de audiências públicas.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), após lembrar sua condição de adversário do governador do Piauí, concordou com Dutra: "Só haverá repactuação se o governo quiser." Edison Lobão (PFL-MA) também concordou que, aprovando a supressão, o Senado estaria renunciando a definir uma diretriz política geral de renegociação das dívidas dos estados com a União. Contrariamente, "para garantir as prerrogativas do Senado", Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou-se favoravelmente à supressão.

Relator vê indícios de favorecimento no Proer

João Alberto considera suspeitas pelo menos duas operações: a compra do Nacional pelo Unibanco e do Econômico pelo Excel. As conclusões sobre o programa de socorro aos bancos e o relatório final da CPI serão apresentados amanhã

O relatório final da CPI do Sistema Financeiro será votado amanhã e enviado em seguida ao plenário, informou o senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Dos três relatórios parciais, dois (casos Encol e Marka/FonteCindam) já foram apresentados. Falta a leitura do relatório referente ao Programa de saneamento e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), também marcada para amanhã.

Os senadores estão recebendo cópias do relatório sobre o Proer para que possam apresentar sugestões, disse João Alberto. Ele lembrou que a CPI tem até o dia 30 para encerrar seus trabalhos.

No relatório do Proer, adiantou João Alberto, a CPI comunica vários fatos ao Ministério Público, como subsídio a ações judiciais destinadas a responsabilizar agentes públicos ou do setor privado que tenham cometido atos ilícitos. Para o senador, é inaceitável, por exemplo, que o Banco Central (BC) tenha acolhido títulos podres de várias instituições, principalmente do Banco Nacional, como garantia para os empréstimos do Proer.

Há outros nove fatos citados no relatório. Segundo ele, chamaram a atenção os indícios de favorecimento ao grupo HSBC na compra do Bamerindus e a atuação do diretor do BC, Luiz Carlos Alvarez, na provável compra de US\$ 900 milhões em títulos da dívida externa. Há ainda suspeita de favorecimento por parte do BC aos grupos que compraram os dois bancos. No caso do banco paranaense, permitiu-se o uso de dinheiro de cadernetas de poupança em atividades especulativas. Ele constatou igual favorecimento nas aquisições do Nacional pelo Unibanco e do Econômico pelo Excel.

No caso do Excel-Econômico, a CPI sugere que o Ministério Público leve em conta que o primeiro tinha patrimônio líquido (capital próprio) cinco vezes inferior ao segundo. E que o banco resultante da fusão foi vendido ao Banco Bilbao Vizcaya, transação não investigada pela CPI, conforme o relator, porque o diretor de Fiscalização do BC negou-se a encaminhar os documentos requisitados pela comissão.

A CPI vai comunicar ainda ao Ministério Público a utilização de recursos do Proer na compra do Banco Martinelli pelo Banco Pontual, que veio a falir pouco tempo depois da operação em manobras administrativas e contábeis que teriam prejudicado acionistas minoritários das instituições adquiridas por intermédio do programa.

Ao Congresso, a CPI recomenda a regulamentação do artigo 192 da Constituição, para que a legislação torne-se adequada ao atual estágio dos sistemas financeiro e ao papel fiscalizador que o Legislativo deve exercer sobre o setor. Ao Tribunal de Contas da União, é recomendado que realize ampla auditoria no BC.



João Alberto: relatório do Proer servirá de subsídio para ações a serem propostas pelo Ministério Público

Moroni fala sobre envolvimento da Justiça com o narcotráfico

O relator da CPI da Câmara que investiga o avanço do narcotráfico no país, deputado federal Moroni Torgan (PFL-CE), prestará depoimento hoje à CPI do Judiciário. Ele vai falar sobre o suposto envolvimento de membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso com o tráfico internacional de drogas.

O tribunal passou a ser investigado após o Senado receber denúncias do juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro. A CPI não concluiu as investigações sobre a falência milionária da Encol, conduzida pela Vara de Falências e Concordatas de Goiânia. A previsão de encerramento dos trabalhos é dia 30 de novembro.



Os casos já concluídos referem-se a irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho do Rio de Janeiro, São Paulo e da Paraíba, mandados de soltura de narcotraficantes no

Amazonas, adoções irregulares em Jundiá (SP), indenização bilionária determinada pela Justiça do Amazonas e dilapidação do patrimônio de um menor, em processo na Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília.

Todos os relatórios referentes a esses fatos, já aprovados por unanimidade pelos membros da comissão, podem ser encontrados na primeira página do site do Senado Federal na Internet (www.senado.gov.br).



Na sessão de ontem do Congresso Nacional, os deputados e senadores apreciaram uma pauta com 37 itens

Congresso aprova MP das mensalidades escolares

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1890, que regula o valor total das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior de caráter particular. A MP vinha sendo reeditada há seis anos e sete meses. O projeto segue agora à sanção presidencial. Até às 21h30, os parlamentares permaneceriam reunidos para apreciar outras

MPs de uma pauta com 37 itens.

Por acordo entre os líderes partidários, as MPs 1885 e 1901 foram transferidas para a próxima sessão do Congresso marcada para 30 de novembro, às 19h30. A MP 1885 dispõe sobre o aumento de conversão de áreas florestais em áreas agrícolas. A MP 1901 acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365/41, do Estatuto da Terra, e da Lei nº 8.629/93.

Moreira Mendes defende maior tributação das grandes empresas

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) pregou ontem a necessidade de uma reforma tributária que corrija as injustiças do atual sistema de impostos. Ele referiu-se ao fato de as grandes empresas, principalmente os bancos, contribuírem muito pouco em comparação, por exemplo, com os trabalhadores. O senador baseou-se em relatórios dos próprios bancos di-



Moreira protesta contra injustiças do modelo tributário

vulgados pela imprensa e em depoimento no Senado do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

“A impressão que tenho é a de que quanto mais importante é a empresa, mais se especializa na sonegação de tributos”, disse Moreira. O problema, afirmou, vai além da sonegação pura e sim-

ples, passando pela chamada elisão fiscal – ou seja, o conjunto de mecanismos legais usados para pagar o mínimo de imposto possível. Segundo Moreira Mendes, metade das 530 maiores empresas não financeiras e 42% das 66 maiores instituições financeiras não pagam Imposto de Renda.

— A reforma tributária em tramitação na Câmara, e que em breve estará nesta Casa, é a nossa esperança em vermos diminuídas as desigualdades que ocorrem neste país — disse o senador.

Moreira sugeriu a criação de normas contra a elisão e exigência de que as grandes empresas paguem pelo menos um valor mínimo de imposto.

Patrocínio prega mudanças nos fundos constitucionais

Cabe ao governo federal apresentar — para que seja analisado pelo Congresso — um novo modelo para os fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste que restaure seu indispensável papel no crescimento nacional. Ao fazer essa observação, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ressaltou ontem que os fundos deixaram de atuar como agentes do desenvolvimento regional, frustrando profunda expectativa das áreas mais pobres do país.

A Lei nº 7.827, de 1989, que criou os fundos, deve ser atualizada restabelecendo condições efetivas para a diminuição das desigualdades regionais, conforme Patrocínio. Ele entende que even-



Carlos Patrocínio quer “minimizar os riscos”

tuais reduções de rentabilidade dos fundos devem ser vistas não como perda econômica ou financeira, “mas como um ganho social significativo para um segmento regional qualquer, pela geração de empregos, de riqueza e pelo sucesso de um empreendimento”.

— O caminho a seguir não é de difícil equacionamento, requerendo fundamentalmente a vontade política dos

governantes. Não podemos aplicar aos fundos constitucionais os critérios de rentabilidade do mercado financeiro. Ao contrário, seu comportamento deve ser de minimizar o impacto econômico e o conseqüente risco de fracasso nos projetos financiados — afirmou o senador.

Pontes denuncia ameaça de depredação ecológica no CE

A ameaça de fechamento do escritório regional do Ibama no Cariri, no Ceará, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da área de proteção ambiental da Chapada do Araripe, foi denunciada ontem pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE). Ele disse que a medida é um crime contra a natureza e significa uma ação devastadora contra as riquezas naturais do estado.

O senador lembrou que há cinco meses vem alertando a população e o governo sobre os riscos e prejuízos que o ecossistema poderá sofrer com o “desmonte” do Ibama. A desativação do escritório do Cariri, segundo informou, está prevista na reestruturação que deverá ser realizada no órgão em todo o país.

— Sem a rígida vigilância dos órgãos fiscalizadores, a área florestal do nosso Cariri pode ficar nas mãos de especuladores e pessoas inescrupulosas que agem para roubar o que a natureza nos oferece, e sem a preocupação de preservá-la — resumiu ele.



Luiz Pontes: Ibama deve manter escritório no Cariri

Bornhausen lança amanhã código do contribuinte

Elaborado pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, o projeto do senador catarinense amplia direitos e cria mecanismos de defesa para quem paga os impostos, além de reduzir o poder de coerção do Estado

CAS discute políticas do BID e Bird para o Brasil

Propostas e políticas públicas formuladas para o Brasil pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) serão tema de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 10h. Um dos principais temas do debate será a avaliação dos impactos dos financiamentos daquelas agências multilaterais sobre as políticas públicas brasileiras para a área social.

Participarão o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior, o diretor-executivo do Brasil no BID, Antônio Cláudio Soachaczewski, e o diretor-executivo do Bird e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Murilo Portugal.

Logo após a audiência, os senadores da comissão votam projeto oriundo da Câmara proibindo o funcionamento de bombas que, para funcionarem, dispensem o trabalho de frentistas nos postos de abastecimento de combustíveis.

Comissão do Mercosul analisa cinco acordos hoje

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 15h, com a finalidade de apreciar cinco relatórios sobre acordos, protocolos e projetos referentes às relações entre os países integrantes do Mercosul.

O primeiro relatório é de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável à aprovação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul.

O segundo item é o parecer do deputado Santos Filho, também favorável ao Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile.

Também está na pauta dos parlamentares relatório do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que pede a aprovação do Protocolo de Extração entre os Estados do Mercosul e a Bolívia e o Chile.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresenta relatório favorável ao projeto que institui o Programa Grande Fronteira do Mercosul.

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), apresenta amanhã ao Senado projeto de Código de Defesa do Contribuinte, que propõe a adoção, no Brasil, de um conceito novo, o de "cidadão-contribuinte".

De acordo com o senador, a proposição visa estabelecer uma igualdade entre os direitos e deveres do fisco e do contribuinte (*ver quadro abaixo*). Aca-ba, assim, com todas as formas de coação do contribuinte que, na opinião do senador, tem de ser tratado com boa-fé:

— Não podemos querer gerar empregos neste país, partindo do princípio de que o empresário não presta — afirmou o senador.

Para o parlamentar, o conceito de "cidadão-contribuinte" é uma idéia nova, surgida nos últimos 30 anos e que está prevista em legislações específicas adotadas com sucesso nos Estados Unidos, em 1996, e na Espanha, há dois anos. Segundo Bornhausen, será uma "página nova" na complementação da cidadania, que teve um grande marco com a aprovação do Código de Defesa do Consumidor.

O projeto foi elaborado nos últimos seis meses, por uma equipe patrocinada

pelo Instituto Tancredo Neves, ligado ao PFL. O senador quer agora que todos os partidos contribuam com a discussão da matéria no Congresso Nacional. A proposta, afirmou, partiu do PFL porque o partido caracteriza-se pela defesa da cidadania e quis, assim, preencher essa lacuna na legislação. O projeto, que para Bornhausen deveria ter partido do Poder Executivo, regulamenta os artigos 150 a 152 da Constituição federal.

O senador criticou a atual legislação tributária. Ele não considera justo uma empresa que está questionando determinado imposto na Justiça ser inscrita no Cadastro de Inadimplentes (Cadin) e proibida de transacionar com bancos oficiais e de participar de licitações públicas.

O presidente do PFL também questionou a obrigatoriedade de as empresas pagarem, a título de fiança, 30% do valor questionado, muitas vezes arbitrariamente estabelecido pelo fisco. Outro ponto criticado pelo senador foi a faculdade de a Receita enviar ações ao Ministério Público e ao Poder Judiciário sobre casos ainda não julgados administrativamente.

O projeto, destacou Bornhausen, con-

ditiona a utilização de força policial nas diligências do fisco à determinação judicial. Para o senador, o poder fiscal não pode dar essa autorização sem haver o perigo de abuso de poder, seja por uma intenção meramente política ou por revanchismo em uma briga particular.

Bornhausen condenou publicações de *Diários Oficiais* em meados de janeiro com data retroativa, anterior a 31 de dezembro, para validar impostos que deveriam obedecer ao princípio da anualidade.

Segundo esse princípio, nenhum tributo pode ser criado e cobrado dentro de um mesmo exercício fiscal. A preservação desse princípio, entende o parlamentar, possibilitará à empresa fazer seu orçamento e não ser surpreendida com novos tributos.

O senador negou que o projeto, ao cercar modos de atuação do fisco, venha a favorecer a sonegação. Para ele,

"Até agora não havia surgido uma proposta tão importante, que, acredito, terá grande aceitação no país."

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado



Para ACM, proposta é muito importante

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "extremamente importante" o projeto do Código de Defesa do Contribuinte que o senador Jorge Bornhausen apresenta amanhã:

— Nós do PFL sempre pensamos isso, em termos de defesa do contribuinte, mas até agora não havia surgido uma proposta tão importante, que, acredito, terá grande aceitação no país — comentou Antonio Carlos, que considera o projeto de Bornhausen "muito apropriado".

esta é estimulada pela excessiva carga tributária e pela falta de transparência na legislação. Segundo Bornhausen, a sonegação somente irá diminuir com uma maior base tributária e menos impostos. O parlamentar opinou ainda que a nova norma irá favorecer os pequenos contribuintes, que não têm recursos para a contratação de grandes advogados tributaristas.

Jurista vê base estável como principal qualidade

Em entrevista à TV Senado, o advogado e ex-professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília (UnB) Torquato Jardim afirmou que o projeto de Código de Defesa do Contribuinte tem como principal qualidade a criação de uma "base estável para que o contribuinte tenha certeza de suas contribuições no ano seguinte". O professor coordenou a equipe de cinco tributaristas que, a pedido do Instituto Tancredo Neves, elaborou o projeto.

Para Jardim, a proposta vem proteger o pequeno contribuinte, ao obrigar a Receita Federal a ser mais clara no que faz. O advogado afirmou que, com a nova proposição, o contribuinte não será mais surpreendido com diligências, assim como em ações judiciais terá de ser comunicado previamente da diligência e do assunto a ser abordado, podendo preparar sua defesa:

— O contribuinte não ficará mais eternamente submetido às idiosincrasias do fisco, que hoje pode levar equipamentos e livros da empresa pelo tempo que quiser — disse.

O advogado não acredita que o projeto de novo Código, se aprovado, estimulará a sonegação. Para ele, o problema da sonegação é de "incompetência gerencial". Lembrou que a relação custo-benefício é favorável à sonegação, uma vez que aplicações finan-

ceiras do dinheiro sonegado são maiores que as multas aplicadas pelo fisco.

Torquato Jardim destacou a figura do Advogado-Geral do Contribuinte, criada pelo projeto, que lutará pelos direitos coletivos dos contribuintes. Citou como exemplo a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), aprovada

para custear a saúde e que, segundo os jornais, vem sendo utilizada para outros fins. A ser verdade o anunciado pela imprensa, afirmou o professor, cabe a ação coletiva.

Os direitos coletivos também poderão ser defendidos por associações civis. O ex-professor deu o exemplo da supervalorização dos

imóveis, que acabam assim sujeitos a um IPTU exagerado. Torquato Jardim lembrou que dificilmente um contribuinte lutaria sozinho nesse caso. Em uma associação civil, porém, ao lado de todos os contribuintes do município, sua ação contra o poder público teria uma força muito maior.

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

DIREITOS DO CONTRIBUINTE	RESTRIÇÕES À AÇÃO DO FISCO
O contribuinte não poderá continuar a ser considerado inadimplente após o parcelamento do débito tributário, desde que cumpra o acordo firmado.	Fica proibida a utilização de força policial nas diligências do fisco no estabelecimento do contribuinte, salvo sob autorização judicial.
A defesa do contribuinte deverá ser exercida pelo Ministério Público, o que evitará a criação de despesas pelo Poder Legislativo (o que é proibido pela Constituição).	O fisco fica obrigado a comunicar previamente as diligências que pretende realizar, adiantando os aspectos que quer analisar.
Os estados e o Distrito Federal terão seus advogados gerais, cuja principal função será resguardar os direitos difusos e coletivos dos contribuintes.	Está proibida a utilização de meios coercitivos para a cobrança extrajudicial de tributos, como a interdição de estabelecimentos, a suspensão de negócios com o setor público e a adoção de barreiras fiscais.
O contribuinte que responde a processo administrativo ou judicial não será impedido de obter benefícios e incentivos fiscais e financeiros, como também tem garantido o acesso a linhas oficiais de crédito.	A Administração Fazendária fica proibida de divulgar, nos órgãos de imprensa, nomes de contribuintes em débito.
O contribuinte será ressarcido do custo de fiança e outras garantias de instância judicial para a suspensão do crédito tributário, quando este for considerado improcedente.	A Administração Fazendária não poderá recusar autorização para o contribuinte imprimir documentos necessários ao desempenho de sua atividade.
	Nenhum tributo pode ser criado e cobrado dentro de um mesmo exercício fiscal.

Olívio defende repactuação das dívidas estaduais

Em audiência pública na CAE, o governador do Rio Grande do Sul disse que somente a renegociação dos débitos com a União pode tirar os estados da situação de estrangulamento financeiro em que se encontram

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pediu ao Senado que aprove novas regras para reduzir o limite de comprometimento da receita líquida dos estados para pagamento da dívida junto à União. Esse índice gira hoje em torno de 13% e chega a 16%, no caso do Rio Grande do Sul. A repactuação da dívida, afirmou, é "indispensável" para reverter o estrangulamento das finanças estaduais. Só o governo gaúcho, informou, triplicou a dívida — de R\$ 4,4 bilhões, em 1994, para R\$ 13,4 bilhões, em 1998.

Ele pediu também que sejam feitos

novos cálculos dos encargos dos contratos de refinanciamento, considerando o período de vigência do Plano Real (a partir de 1º de julho de 1994) e adotando-se como fator de correção aceitável o IGP-DI mais 6% ao ano, conforme já vem sendo aplicado nos contratos embasados na atual legislação.

O governador criticou a Lei Kandir, que isentou de ICMS as exportações de produtos semi-elaborados e concedeu crédito fiscal na aquisição de bens destinados ao ativo fixo das empresas. A lei provocou, segundo Olívio, a diminuição significativa na arrecadação tributária dos estados e municípios. Em

decorrência disso, completou, o Rio Grande do Sul acumula perdas não compensadas acima de R\$ 1 bilhão.

Houve ainda, segundo ele, um aumento da centralização da arrecadação no governo federal, a partir das contribuições cobradas pela União e não partilhadas com estados e municípios, como a Cofins e a CPMF, acompanhadas de reduções dos gastos públicos federais e os cortes no Orçamento da União.

O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que transferiu recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios à União, desvinculando parte dos recursos do Imposto sobre Produtos Indus-

trializados (IPI) e do Imposto de Renda, também provocou prejuízos nas finanças estaduais e municipais, acrescentou. Ele informou que, somente em 1998, R\$ 5,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres estaduais e municipais devido a essas desonerações.

Para o governador gaúcho, o país precisa ter políticas de desenvolvimento regional.

Atualmente, disse, essas políticas estão restritas "às práticas predatórias da guerra fiscal". Ele afirmou que a reforma tributária é importante, mas criticou o parecer do relator da reforma, deputado Mussa

Olívio Dutra
condenou a recente
e progressiva
centralização
dos recursos
tributários na União



Demes (PFL-PI), bem como a proposta do governo, feita pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. No seu entender, nenhuma das duas propostas "resolve o problema da Federação".

Amin afirma que Lei Kandir está ultrapassada

"A Lei Kandir já cumpriu seu papel, mas foi superada pela nova realidade cambial do país", afirmou o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, durante a audiência pública na CAE. Amin concordou com as críticas feitas à lei pelo governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pregando também uma repactuação dos acordos firmados para pagamento das dívidas estaduais à União.

Desde janeiro de 99, afirmou, o país passou a ter uma nova realidade cambial, que é incompatível com as regras da Lei Kandir. Um dos problemas causados por essa lei, observou, é o risco de o país aumentar a exportação de bens não elaborados, ficando a elaboração do produto final com a mão-de-obra estrangeira.

Sobre incentivos fiscais, Amin discordou em parte de Olívio Dutra. Ele acha que a guerra fiscal é normal numa federação, mas defende limites e critérios para seu funcionamento, para que os estados



Amin acha que a Lei Kandir pode estimular a exportação de bens primários

folhas salariais do funcionalismo, que estão atrasadas. Falou ainda sobre problemas do estado com processos trabalhistas, cujas indenizações solicitadas são bastante altas para o caixa estadual.

Amin apontou, entre os maiores problemas do país, a má distribuição de renda, a insuficiência dos recursos tributários que ficam com estados e municípios, a concentração de crédito no Sudeste e o crescimento das fusões de empresas. "A fusão não é uma coisa boa, é sintoma de doença", declarou.

O governador fez ainda uma previsão: daqui a cinco anos, os organismos multilaterais estarão se empenhando para transformar as empresas estatais que foram privatizadas em empresas públicas. "Quem viver verá", avisou.

não sejam prejudicados.

Ao dizer que é séria a situação financeira dos estados, o governador informou que o déficit de Santa Catarina em 1998 foi de R\$ 1,6 bilhão. Os problemas financeiros do estado, acrescentou, são piores do que os do Rio Grande do Sul. Além do déficit, Amin disse que ainda não conseguiu colocar em dia o pagamento de três

Comissão fará debate sobre uso de dinheiro do FAT na privatização

A CAE aprovou requerimento do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) para realização de audiência pública com o propósito de esclarecer a possível utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em benefício de grupos estrangeiros que participam do processo de privatização de empresas públicas no Brasil.

O requerimento aprovado prevê a



Ernandes Amorim

participação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi; do presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermínio de Moraes; do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, e do presidente do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na audiência, que ainda não tem data marcada.

CAE discutirá novas regras, anuncia Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que a CAE tem obrigação de analisar projetos com novas regras para as dívidas dos estados. Presidente da CAE, ele citou três projetos que estão em tramitação na comissão: o de José Alencar (PMDB-MG), que baixa dos atuais 13% para 5% o comprometimento da receita líquida dos estados para pagar a dívida; o de Roberto Saturnino (PSB-RJ), que perdoa 40% do total das dívidas estaduais; e o dele próprio, que propõe a repactuação dos acordos firmados para pagamento das dívidas dos estados.

Na audiência pública de ontem, os senadores se mostraram preocupados com a situação financeira dos estados. José Alencar afirmou que o seu projeto não trará prejuízos para a União e dará condições aos estados de melhorar os serviços prestados à população. Saturnino encampou os argumentos de Alencar, e defendeu também o projeto de sua autoria, lembrando que os Estados Unidos perdoaram parte da dívida dos países devedores. Ele criticou a Lei Kandir, que, em



Vários senadores defenderam novos critérios para a negociação das dívidas estaduais junto à União

sua opinião, prejudica os estados.

Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou Amin por defender a Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação na Câmara, e quis saber a opinião dos governadores sobre a reforma tributária. Paulo Souto (PFL-BA) criticou um projeto que tramita na Câmara propondo o comprometimento de 12% da receita dos estados com a área de saúde, por entender que ele interfere na autonomia dos estados. Agnelo Alves (PMDB-RN) disse concordar com qual-

quer proposta que alivie a situação dos estados, e Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber como está o diálogo dos governadores com o governo federal.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o governo federal não está preocupado em aprovar a reforma tributária, pois já dispõe de vários instrumentos nessa área que são de seu interesse. Disse ainda que está torcendo para que o governador do Rio Grande do Sul faça um bom governo, observando que o estado é importante como centro geoeconômico do Mercosul.

Emilia Fernandes (PDT-RS) solidarizou-se com os pedidos dos governadores e afirmou que o Senado precisa oferecer novas alternativas para a negociação das dívidas dos estados.

Aprovados empréstimos de US\$ 502 milhões para a União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem os pareceres favoráveis à contratação, pela União, de dois empréstimos externos para financiamento de programas destinados à melhoria da eficiência administrativa nos municípios e do ensino fundamental. Na mesma reunião, a CAE concedeu seu aval à emissão de Bônus Global, por parte do governo brasileiro, no mercado internacional. A aprovação definitiva das três matérias depende do plenário.

O primeiro empréstimo, no valor de US\$ 300 milhões, deve ser contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que tem como objetivo melhorar a eficiência administrativa, a racionalização e a transparência na gestão fiscal. O parecer do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), pela autorização do empréstimo, foi aprovado por unanimidade.

O segundo empréstimo, de US\$ 202 milhões, deverá ser contratado junto ao Banco Internacional para Recons-

trução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto Fundescola II, segunda de três etapas do Programa de Fortalecimento da Escola, cujo objetivo é a melhoria do desempenho do ensino fundamental nas regiões menos desenvolvidas do país. O parecer pela autorização, de Osmar Dias (PSDB-PR), também foi aprovado por unanimidade.

A comissão ainda ratificou o relatório do Banco Central sobre a operação de emissão de Bônus Global pelo Brasil, no valor total de US\$ 3 bilhões no mercado internacional, sendo US\$ 2 bilhões em dinheiro e US\$ 1 bilhão, decorrente de troca por bônus Brady. A operação, concluída em 30 de abril deste ano, teve como finalidade refletir a melhoria das condições de risco de aplicações no Brasil, e resultou em uma redução nominal de US\$ 193,4 milhões da dívida externa na troca, em uma redução de US\$ 264,5 milhões no fluxo de pagamentos da dívida até abril de 2001 e num ganho de US\$ 25 milhões na troca, além do alongamento de pouco mais de um ano no prazo de vida média da dívida. O parecer, aprovado por unanimidade, foi de autoria de José Fogaça (PMDB-RS).



Marcos Ozorio (E), secretário da Comissão Coordenadora do Ano 2000 do governo federal, fez palestra ontem no ILB do Senado

Bug do milênio está "90% dominado", diz secretário

"O país está 90% preparado para a virada do milênio", disse o secretário-executivo adjunto da Comissão Coordenadora do Ano 2000 do governo federal, Marcos Ozorio de Almeida, em palestra promovida ontem no Senado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) sobre o *bug* do milênio. Participaram do evento o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e os diretores do ILB, Luciano Antônio Guidini, e da Fábrica de *Software* do Prodasen, Ivar Alves Ferreira.

Embora o governo federal já tenha investido R\$ 650 milhões nos últimos dois anos e estabelecido a meta de 30 de junho deste ano para adequar todos os seus sistemas informatizados ao *bug* do milênio, muitos órgãos não conseguiram atingir o objetivo, segundo o secretário. Como exemplo, ele citou o Ministério da Previdência que, somente na semana passada, obteve o certificado de adequação do sistema previdenciário, o que vai garantir o pagamento de mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas de todo o país no ano 2000.

Segundo Marcos Ozorio de Almeida, que é o responsável por cerca de 700

projetos de adequação de computadores para o ano 2000 no âmbito federal, a maior preocupação do Executivo é o chamado "efeito dominó". Essa situação ocorreria caso um dos 16 setores considerados críticos entrasse em pane na virada do milênio. Ele citou como exemplo o setor elétrico que, se tiver algum problema, poderá afetar em cadeia outras áreas fundamentais de atendimento aos usuários, tais como hospitais, sistema bancário e transportes.

Outras áreas de preocupação do governo, de acordo com secretário-executivo adjunto, são os estados e municípios, e cerca de 16 mil micro e pequenas empresas que usam a informática e até agora não têm despertado para o problema. Nesse sentido, disse, o governo está montando um Plano Nacional de Contingência, que atenderá a qualquer situação de pane nos sistemas essenciais.

O site do *Bug* do milênio na internet é www.a2000.gov.br, e *e-mails* para tirar dúvidas, segundo Ozorio, poderão ser enviados para bugnews@seap.gov.br.

Relatório final da Comissão da Pobreza será votado hoje

Deputado Roberto Brant, relator dos trabalhos, recebeu 46 sugestões de emendas, incluindo 13 do senador Pedro Simon

Quarenta e seis sugestões de emendas foram apresentadas até ontem ao relatório produzido pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG) como conclusão dos trabalhos da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. A informação é do presidente da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que marcou para as 9 horas de hoje reunião para discussão dessas emendas e votação do relatório final.

A maioria das emendas contempla a alteração que o relator pretende fazer para acrescentar ao Ato das Disposições Transitórias o artigo 76, destinado a criar, para vigorar até 2010, o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza. A finalidade desse fundo é financiar ações que visem à redução da marginalidade social e à melhoria da distribuição de renda e da qualidade de vida da população pobre.

Autor de 13 emendas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer incluir, entre as prioridades a que se destinam 75% desse fundo, a criação de linhas especiais de crédito voltadas para o microempreendedor. Simon explicou que esse conceito de microcrédito consiste no financiamento, a taxas não superiores a 10% ao

ano, de valores que podem variar entre R\$ 100 e R\$ 10 mil para o cidadão sem renda inserir-se no mundo econômico. O senador também apresentou emenda para que o plano anual das ações de combate à pobreza, que ficará a cargo do Conselho Nacional da Solidariedade, seja submetido à aprovação do Congresso.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) defende emenda que destina a programas de cunho social 20% dos recursos referentes a incentivos fiscais concedidos a empresas e pessoas físicas, a partir da data da redução ou extinção desses incentivos, calculados sobre o valor do último ano de sua vigência. O objetivo é garantir que recursos antes destinados ao crescimento econômico sejam canalizados ao combate à pobreza.

O senador Roberto Saturnino (PSBRJ) é autor de proposta para incluir, entre as fontes de recursos do Fundo de Combate à Pobreza, um imposto sobre grandes fortunas. Para isso, ele acha que o Congresso deve votar ini-



Presidente da comissão, Maguito conduz trabalhos a partir das 9 horas

ciativa que tenha por base o imposto sobre fortunas que Fernando Henrique Cardoso apresentou quando estava no Senado.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) defende a idéia de que todas as verbas do Orçamento da União para combater a pobreza sejam insuscetíveis de contingenciamento. Ele também quer

impedir que esses recursos sejam utilizados no pagamento de pessoal dos programas e repartições executoras de medidas de combate à miséria. Outra emenda de Alves obriga a compra de cestas básicas no comércio de cada município onde for executado programa de distribuição de alimentos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer inserir na Constituição dispositivo determinando que a todo cidadão sem condições materiais mínimas de sobrevivência seja garantida pelo Estado renda mínima suficiente, pelo menos, para os gastos com alimentação, vestuário, moradia e locomoção.

Esporte amador poderá se fortalecer com 2% dos recursos de loterias federais

O esporte amador brasileiro poderá ganhar maior incentivo. É que a Comissão de Educação do Senado aprovou projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) destinando ao Comitê Olímpico Brasileiro 2% da arrecadação bruta dos prêmios de todas as loterias federais existentes no país. Atualmente, é repassado ao COB somente a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva.



Pedro Piva: recursos para beneficiar crianças

O projeto, que agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, altera a chamada Lei Pelé e, segundo Pedro Piva, abrirá caminho para um efetivo fortalecimento do esporte nacional, sem recorrer à criação de incentivos fiscais e novos tipos de loterias.

Para ele, com os recursos destinados ao esporte será possível colocar em prática, também, programas que atraiam uma parcela da sociedade que merece especial atenção: as crianças. "Em especial menores carentes que por falta de atrativo se vêem envolvidos com as drogas e a delinquência", observou.

Pedro Piva havia estabelecido o percentual de 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias, mas recuou após argumentos contrários do Executivo.

Nome de Zumbi é sugerido para Aeroporto de Maceió

O aeroporto da capital do estado de Alagoas poderá ser chamado de Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares, de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado. Para o relator, senador Paulo Hartung (PPS-ES), a alteração do nome é uma justa homenagem à memória de Zumbi, que representa o símbolo da consciência negra no país.

O projeto, que agora vai para votação no plenário do Senado, é oriundo da Câmara. Recentemente o plenário

Heloisa (ao lado de Freitas Neto) também apresentou projeto homenageando Zumbi



aprovou e foi enviado à Câmara proposta similar da senadora Heloisa Helena (PT-AL), na qual homenageava, além de Zumbi, a lendária Dandara, que também participou ativamente nas lutas contra a escravidão, segundo Heloisa.

A Comissão de Educação também aprovou a renovação de concessão e

permissão para funcionamento das seguintes rádios: Atlântica (PR), Eldorado de Mineiros (GO), Atenas (MG), Costa Azul (RJ) e Difusora do Vale do Rio Una (PE).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Ginástica olímpica
7h30 - Especial Unip - Efeitos da maconha
7h55 - Senado em Pauta
8h - Jornal do Senado
8h30 - Entrevista - Senador Moreira Mendes fala sobre o combate ao narcotráfico
8h55 - Senado em Pauta
9h - Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (ao vivo)
Logo após - Comissão de Assuntos Sociais
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - CPI do Judiciário (ao vivo)
21h - Jornal do Senado
Logo após - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após - Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
9h - Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - A voz do Brasil
Em seguida - Música e informação
20h30 - Senado em Linha Direta - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Senado comemora 40 anos da Declaração da Criança

O PLENÁRIO DEDICOU A PRIMEIRA PARTE DA SESSÃO DELIBERATIVA DE ONTEM À COMEMORAÇÃO DO 40º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. PATROCINADO PELAS NAÇÕES UNIDAS, ESSE DOCUMENTO

RESULTOU NA CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, IMPLEMENTADA NO BRASIL POR MEIO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. VÁRIOS SENADORES DISCURSARAM DURANTE A HOMENAGEM.

Viana diz que situação dos carentes é desafio que não pode ser adiado

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que não é suficiente sentir vergonha da situação das crianças carentes. "É preciso atacar o problema e esse é um desafio para todos nós, que não pode ser adiado", afirmou Viana, autor do requerimento que resultou na comemoração do 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança. Patrocinado pelas Nações Unidas, este documento resultou na Convenção dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é um dos signatários.

Ele esclareceu que atacar o problema não significa aprovar legislação. A Constituição, em seu artigo 227, já resume os direitos da criança e os deveres da sociedade e das autoridades. "Falta cumprir os dispositivos em questão", afirmou.

O senador citou como forma particularmente perversa de violência contra



Tião Viana afirma que adolescentes brasileiras são vítimas do turismo sexual

menores a prostituição infantil. "Somente em Recife, 50% das cerca de mil meninas que vivem nas ruas sobrevivem desse modo. O turismo sexual vem crescendo, aumentando a prostituição de adolescentes na faixa dos 12 aos 15 anos, sobre-

tudo do sexo feminino, pobres e negras."

Para Tião Viana, é absurda a constatação de que, de cada dez partos realizados no país, dois são de adolescentes. "Como o Código Penal define como 'crime hediondo' as relações sexuais com menores de 14 anos, pode-se ter uma dimensão do problema ao constatar que 5% das gestações registradas no país são de meninas entre nove e 14 anos", concluiu.

Para Tião Viana, é supérfluo citar estatísticas sobre crianças carentes no Brasil. "Basta que qualquer um percorra as grandes cidades brasileiras para verificar a dimensão do problema através do enorme número de crianças que estão nas ruas. Elas não são crianças de rua, pois a maior parte tem casa ou família, elas estão nas ruas para sobreviver", disse.

Emilia atribui problemas às políticas econômicas

Apesar de reconhecer que houve avanços, no mundo e no Brasil, diante da realidade que atinge crianças e adolescentes, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse, ontem, que "eles são insuficientes para transformar a Declaração Universal dos Direitos da Criança em documento a ser comemorado".

Na opinião da senadora, o mais grave é que a situação atual das crianças e adolescentes é decorrente de políticas adotadas após a declaração, que levaram as economias dos países mais pobres à falência generalizada, aumentando o desemprego, concentrando ainda mais a renda e, portanto, aprofundando as condições de pobreza.

— Hoje, a prioridade para as economias centrais, apesar dos discursos contrários, tem sido a propriedade, o mercado, o lucro, e não as pessoas, as crianças, em todas as suas necessidades — disse Emilia Fernandes.

Conforme a senadora, hoje 130



Emilia culpa desemprego pelo agravamento dos problemas da infância

milhões de crianças no mundo não têm acesso à escola básica, 250 milhões trabalham e 40 milhões sofrem algum tipo de abuso, abandono ou negligência. Os dados para a última década não são melhores, acrescentou: "Dois milhões de crianças morreram e seis milhões foram mutiladas em guerras promovidas com claros objetivos econômicos e de disputa de mercados".

— Os fatos contrariam os direitos — reiterou.

Entre os avanços reconhecidos por Emilia Fernandes após a declaração está a adoção, em 1989, da Convenção sobre os Direitos da Criança, que ampliou o alcance do documento original. No Brasil, ela destacou a concretização da convenção, sob a forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a iniciativa de criação dos Cieps, no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola.

Marina Silva sugere apoio na escola em vez de leis punitivas

"O programa de bolsa-escola pode combater a criminalidade da juventude melhor que as leis punitivas", defendeu ontem a senadora Marina Silva (PT-AC), ao discursar nas comemorações dos 40 anos da Declaração dos Direitos da Criança. Ela condenou a proposta de emenda constitucional, em discussão no Senado, que reduz de 18 para 16 anos a idade para a responsabilização criminal.

— Mudar a Constituição para punir os jovens criminosos não resolverá e ainda provocará mais injustiças. Afinal, só 10% dos crimes são cometidos por adolescentes — sustentou a senadora.

Marina Silva sugeriu ao governador do Distrito Federal que, apro-



Marina Silva é contra redução de idade para responsabilização criminal

veitando as comemorações da declaração, desista de sua proposta de acabar com o programa Bolsa-Escola implantado pelo governo passado, levando em consideração que a cada dia novas prefeituras estão adotando o programa.

A senadora leu ainda informações de reportagem publicada em 1997 pelo jornal *Folha de S. Paulo* sob o título "A Infância Roubada", que trata do trabalho infantil no país, especialmente em carvoarias. "Ao todo, 250 milhões de crianças são obrigadas a trabalhar em todo o mundo. No Brasil, temos 15 milhões de jovens analfabetos porque não podem frequentar escolas e têm de ajudar seus pais", informou.

Suplicy faz apelo ao GDF para que mantenha bolsa

Ao prestar sua homenagem ao 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, para que seja revista a decisão de acabar com o programa Bolsa-Escola. Ele também defendeu proposta de sua autoria, a ser examinada hoje pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, que aumenta o valor a ser custeado pela União para financiar gastos com programas de renda mínima associados à educação.

— Queremos aperfeiçoar o projeto, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, que autoriza a União a financiar 50% dos gastos dos municípios que adotarem programas de renda mínima associados à educação. Na lei a definição do benefício é bastante restrita, menor que um salário mínimo pago pelo Bolsa-Escola, pois determina o pagamento de R\$ 15,00, multiplicado pelo número de crianças até 14 anos na família, menos metade da renda familiar *per capita* — informou Suplicy.



Suplicy: fim do Bolsa-Escola deve ser reprovado por todos

A proposta do senador é instituir um benefício de 40% da diferença entre o número de pessoas da família, multiplicado por meio salário mínimo, menos a renda familiar. O Poder Executivo fica autorizado a alterar a alíquota para mais ou para menos, de maneira a adaptá-la ao Orçamento, ou modificá-la conforme a experiência do programa.

Para Suplicy, a decisão de acabar o Bolsa-Escola merece a reprovação de todos os que tenham estudado com profundidade os programas de renda mínima associados à educação. O senador lembrou que Joaquim Roriz, durante a campanha para o governo do Distrito Federal, prometeu duplicar o número de beneficiários do programa.

Na opinião de Suplicy, ao decidir substituir o Bolsa-Escola pelo programa Sucesso no Aprender (que distribuirá mochilas com material didático, uniforme, cestas básicas e assistência médico-odontológica), o GDF deixa transparecer que não está confiando na capacidade de escolha e na liberdade de critério dos pais quanto à utilização dos recursos.

Eduardo defende registro nacional de nascimento

Um veículo automotor abandonado em qualquer município brasileiro pode ter todo seu histórico levantado em três minutos, desde que se acesse o Renavam (Registro Nacional dos Veículos Automotores), mas o mesmo não ocorre com as crianças brasileiras. Esse fato foi destacado ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que apresentará projeto de lei criando o Registro Nacional das Certidões de Nascimento, que chamou de Projeto Renascer.

— Que possamos dar às nossas crianças a certidão de nascimento e a mesma atenção que é oferecida aos veículos — afirmou Eduardo Siqueira Campos, ressaltando que participou há poucos dias do lançamento de programa desenvolvido por diversos ministérios do governo Fernando Henrique Cardoso, tendo à frente o Ministério da Saúde, com o objetivo de convocar a sociedade brasileira a assegurar o direito à certidão de nascimento.



Eduardo pretende facilitar localização de desaparecidos